

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2012-MC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 53000.026065/2012-93**

Eu Leticia Sales portadora do CPF: 126.519.257-05 , venho, perante V.Sa., com fundamento no art. 18, do Decreto 5.450/05, oferecer **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, mediante os seguintes termos:

**DA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM DEFINIÇÃO DE PRAZO MÍNIMO.**

Consta no item 31.2.6.1, do Termo de Referência, que os atestados de capacidade técnica deverão se referir a serviços executados por pelo menos um ano, exceto se tiver sido contratado para ser executado por prazo inferior:

*Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.*

Tal exigência, além de ser contraditória, se mostra incompatível com os ditames legais.

É contraditória, porque ao passo que limita a comprovação do tempo a um ano, permite que essa comprovação seja feita por período inferior se o contrato tiver sido feito para execução por menos de um ano, ou seja, se uma empresa executou serviços por um único mês, e assim consta no seu contrato, será habilitada, ao passo que empresa que executa um contrato há mais de seis meses, mas num contrato de um ano, não será habilitada.



É incompreensível essa definição do Edital, porque acaba causando uma verdadeira inversão da ordem jurídica, na medida em que permite prova de aptidão técnica de contratos de apenas um mês, e proíbe comprovação de aptidão técnica de contratos com prazo de duração de um ano, e que já estão em execução por 06 meses, por exemplo.

Isso só serve para mostrar a falta de razoabilidade e proporcionalidade da exigência, causando grave violação ao princípio da isonomia e da competitividade.

De outra forma, a ilegalidade desta exigência decorre de sua incompatibilidade com o inciso I, do § 1º, do art. 30, da Lei 8.666/93, eis que tal dispositivo legal proíbe a exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos no que tange à comprovação de aptidão técnica através de atestados.

O inciso I, do art. 30, dispõe que a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, ou seja, não diz que deve ser igual ao do objeto desta licitação.

Ora, se a Lei proíbe exigir aptidão técnica igual, mas sim, compatível em características, quantidades e prazos, ao exigir prova de que executou os serviços por no mínimo um ano, o Edital acaba criando uma exigência incompatível e que extrapola a razoabilidade.

Por isso, que o inciso I, do § 1º, do art. 30, veda a fixação de quantidades mínimas ou prazos máximos.

Aliás, para acabar com qualquer discussão sobre o assunto, o § 5º, do art. 30, da Lei 8.666/93, é claro ao vedar exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

A Constituição Federal prevê no inciso XXI, do art. 37, que somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Ora, se uma empresa contratada para executar o serviço objeto desta licitação por um único mês está apta a executar os serviços, então, uma empresa contratada para executar o mesmo serviço por um ano, mas que somente executou alguns meses, também deve ser considerada apta, sob pena de grave ofensa à Carta Magna, à Lei e também, aos princípios que norteiam as licitações públicas.



Por fim, trata-se de serviço de apoio operacional e atividades complementares, ou seja, trata-se de serviços comuns, sem qualquer complexidade técnica capaz de justificar uma exigência desta natureza.

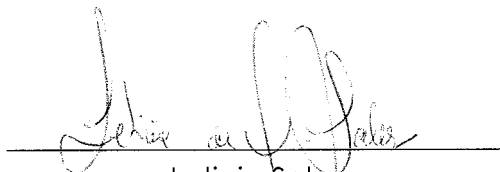
Portanto, se a busca é pela proposta mais vantajosa, por se tratar de uma licitação pelo menor preço global, tal restrição contida no Edital acaba afastando empresas plenamente capazes de executar o serviço, e com isso, reduzindo as chances dessa Administração contratar uma proposta mais vantajosa.

O Edital não pode conter exigências discriminatórias, nem fixar limites temporais para qualificação técnica, por expressa vedação legal, razão pela qual necessário se faz excluir tal exigência do Edital.

Por tais fundamentos, requer a V.Sa. a retificação do Edital, para excluir do instrumento convocatório a exigência contida no item 31.2.6.1, do Termo de Referência, em respeito à isonomia, à competitividade e à legalidade.

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2012.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Leticia Sales', is written over a horizontal line.

Leticia Sales

CPF: 126.519.257-05